

# Os conflitos do marxismo no século XXI em meio à afirmação de uma educação pública e integral no Brasil que assegure a diversidade do gênero humano

Marcos Antonio Macedo das Chagas<sup>1</sup>

## Introdução

Em função das questões discorridas, ao longo do texto, importa registrar que a condição imprescindível para o reconhecimento do gênero humano, em sua diversidade, está na garantia à igualdade de relações. Prática permanentemente obstruída pelos interesses burgueses, reproduzidos entre nós. Daí a importância de os espaços educacionais públicos, em sua organização político pedagógica, atentarem para a pluralidade dos sujeitos que ali aprendem e ensinam.

A escola pública é uma conquista popular em meio à modernidade burguesa, contrária ao que é tido como privado. “cedendo lugar à necessidade coletiva em divergência ao particular e individual, [...] contra tudo que é de interesse das elites”<sup>2</sup>. Todavia, perspectivas multiculturais precisam ser observadas no espaço de ensino-aprendizagem: “o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura — o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui”<sup>3</sup>.

Favoráveis a uma escola pública gratuita, laica, de qualidade para todos os gêneros e classes sociais, receptiva às culturas, sobretudo populares, procuramos no campo crítico provocar um diálogo não só com o pensamento do próprio Karl Marx, mas também com as formulações de outros três pensadores: Hegel, Lukács e Gramsci, tendo por finalidade abordar métodos teóricos que contribuam, na sua plenitude, para o debate mais amplo no campo da educação pública brasileira na contemporaneidade, formando indivíduos autônomos.

Convém ressaltar que Karl Marx (1818-1883), em suas inflexões, percebeu com exatidão que as massas exploradas “sequer reconheciam a si mesmas como donas de uma voz política, muito menos como detentoras de poder”<sup>4</sup>. Importa destacar que Marx foi um pensador atuante nas relações modernas do século XIX. Compreender o tempo histórico da ocasião, tendo o cuidado de não lhe exigir o que não pôde vivenciar é de

---

<sup>1</sup> Pesquisador, licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), especialista em Docência universitária pela mesma UNIRIO, Doutor em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd/UERJ), Mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) e professor aposentado do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

<sup>2</sup> SAVIANI, Dermeval. “História da escola pública no Brasil”. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria I. M. (orgs). *A escola pública no Brasil*. Campinas (SP): Autores Associados, 2005, p. 2.

<sup>3</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, s.d., p.5.

<sup>4</sup> Apud GABRIEL, Mary. *Amor & capital*. Rio de Janeiro: Zahar s.d., p.16-17.

suma importância nas análises empreendidas fora de sua época. Embora, como menciona Netto, a concepção teórico-metodológica marxiana, contribua para uma crítica rigorosa do mundo atual. Afinal, Marx é “*um pensador indispensável para a construção da humanidade humana*.”<sup>5</sup>

Atualmente os ciclos do capital ocupam tempos mais prolongados do que Marx, em seu momento histórico, pode conhecer. Assim, se torna necessário:

Estudar e compreender a evolução do capitalismo para além dos seus ciclos curtos de expansão e crise econômica. Estes ciclos, que se sucedem regularmente em períodos de cinco a dez anos (e seriam os únicos que Marx poderia examinar e tentar compreender à sua época), estão contidos em períodos maiores de expansão e crise que somente a vivência e a experiência de um tempo histórico maior, visto pelo retrovisor, permitiriam identificar, estudar e compreender<sup>6</sup>.

Considerando o avanço histórico da sociedade capitalista, ainda mais agudizado no século XXI, verifica-se – como contraponto – a importância formacional da escola pública de cultura socializante, àqueles indivíduos pertencentes às camadas populares.

Assim, calcado em autores marxistas, nos remetemos à existência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) como obra de Darcy Ribeiro (1922-1997), entre os anos 1980/1990, no Rio de Janeiro, envolvendo novas práticas culturais. Perspectivas inéditas, mas que, paralelamente, revelaram conflitos e contradições.

Há que se destacar o olhar interdisciplinar de Darcy, propondo interações de outras materialidades no ambiente educativo, assim – por exemplo – se deu a implantação dos Animadores Culturais nas escolas dos CIEPs<sup>7</sup>. Porém, o personalismo de Darcy Ribeiro parece ter influenciado a equipe de gestores do projeto para que desprezassem um diálogo mais aglutinador com os profissionais da educação e docentes que trabalhavam na rede estadual de educação do Rio de Janeiro, mas que ficaram à margem da proposta dos CIEPs. Apesar dos encontros proporcionados no PEE I e II, não houve consenso entre a categoria<sup>8</sup>.

Para configurar nosso intento, com o fito de articular teorias metodológicas que justifiquem a compreensão de superação da sociedade capitalista, dividimos o artigo em: a) *O marxismo e a contribuição hegeliana*; b) *A contradição entre as categorias “igualdade” e “equidade” em Marx*; c) *Lukács e a importância de seu pensamento para o marxismo*; d) *A escola unitária de Gramsci como espaço de cultura*; e) *Uma “escola desinteressada” como experiência brasileira: a prática dos CIEPs fluminenses*.

---

<sup>5</sup> NETTO, José Paulo. *Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 15..

<sup>6</sup> DANTAS, Marcos. “Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo”. *Revista Luanova*, n. 60, 2003. [on-line], p. 5-6.

<sup>7</sup> Sobre o assunto, consultar o livro de CHAGAS, Marcos. *Animação Cultural: a inovação nos CIEPs-RJ nos anos 1980*. Curitiba, PR. Appris, 2016.

<sup>8</sup> O Programa Especial de Educação (PEE), dividido em dois encontros, a partir do primeiro e segundo mandatos brizolistas, buscou reunir todos os professores da rede na busca de uma ação comum em prol dos CIEPs, sem êxito.

## O marxismo e a contribuição hegeliana

Representando o ponto central de Marx, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) se destacou como crítico da filosofia da história de Kant (1724-1804). Na filosofia kantiana, segundo Hegel, o conhecimento da história continha uma ação conjugada das ideias do sujeito com os elementos externos vividos por este mesmo sujeito. Apenas seria permitido ao indivíduo conhecer a aparência da coisa em si.<sup>9</sup>

Contrário à separação entre sujeito e história, entre aparência e essência, Hegel afirmava que o todo reuniria espírito e indivíduo. Concluindo que a consciência desse indivíduo seria a religião. No discurso inaugural, proferido na universidade de Heidelberg, em 28 de outubro de 1816, Hegel afirmaria: “*A coragem da verdade, a fé no poder do espírito é a condição primordial da filosofia. O homem, por ser espírito, pode e deve julgar-se digno de tudo quanto há de mais sublime*”<sup>10</sup>. Aparência e essência criariam uma unicidade ideal. “*Hegel sustentara que Deus, uma força racional, dirigia a dialética da história*”<sup>11</sup>.

Diferente da concepção hegeliana, entende-se que as relações não podem “*ser compreendidas a partir de si mesmas ou do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, tendo antes a sua origem nas condições materiais de vida*”<sup>12</sup>.

Divergindo de Hegel e ampliando seu ponto de vista, Marx<sup>13</sup> infere que as relações conflitivas da sociedade burguesa têm seus princípios na *economia política* e não nas relações atemporais do *espírito*.

Ao considerar o estado burguês como evolução humana, o método dialético de Hegel se afirmaria como *negação da negação*: condição ideal para a continuidade da vida orgânica e inorgânica da natureza. Assim, o “novo” consumiria o “velho” e aquele, que com o tempo se deteriorava, voltaria a ser destruído, refazendo-se em inovadoras condições. Isto é, “*duas ideias se chocam e o resultado é uma terceira ideia, que por sua vez entra em conflito com uma outra e dá origem a algo novo*”<sup>14</sup>.

Apesar da crítica tecida sobre o idealismo, a dialética hegeliana foi imprescindível para Marx e Engels situarem a teoria do conflito e da totalidade; esta última seria o gume que rasga o real, indo à essencialidade do fenômeno. Ao mesmo tempo ambos posicionariam o sujeito humano como artífice da história. Ou seja, aquele

<sup>9</sup> In: BOTTOMORE, Tom. “Stalinismo”. In: *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

<sup>10</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. “Introdução à História da Filosofia”. S.d., p. 324. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/introduc3a7c3a30-a-historia-da-filosofia.pdf>. Acessado em: 31/08/2021.

<sup>11</sup> Apud GABRIEL, op. cit., p. 44.

<sup>12</sup> MARX, Karl. *Grundrisse*: Manuscritos econômicos de 1857-1858. (Coleção Marx e Engels). Boitempo, s.d.(a), l. 137.

<sup>13</sup> MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: WMF – Martins Fontes 2016.

<sup>14</sup> GABRIEL, op. cit., p. 40.

“*que não enxerga nada que dependa da sua ação tende facilmente a instalar-se na passividade (tende a contemplar a história, em vez de fazê-la.)*”<sup>15</sup>.

Observa-se a dialética hegeliana contida na afirmação: “[O passado, vivo,] *não é estátua de pedra [...] e continuamente se vai enriquecendo com novas contribuições, à maneira de rio que engrossa o caudal à medida que se afasta da nascente*”<sup>16</sup>. Marx e Engels construiriam a concepção materialista da história, reelaborando a dialética hegeliana como realidade onde o “novo” desgrenha-se do “velho”, e, ao mesmo tempo em que o ultrapassa, também o mantém, desconstruindo o *misticismo* hegeliano.

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico<sup>17</sup>.

As condicionantes do modelo capitalista, abordadas por Marx, nos levam a refletir sobre a contradição entre *igualdade* e *equidade* nas relações conflitivas do capital na atualidade.

### **A contradição entre as categorias “igualdade” e “equidade” em Marx**

O conflito estabelecido na ambiguidade **igualdade** e **equidade** pode ser enfrentado, observando as contradições entre **público** e **privado** na atualidade, a partir de uma leitura apoiada em Marx. Convém lembrar, como afirmado acima, que Karl Marx foi um pensador de sua época, e que o empenho marxista em elaborar questões meramente comparativas às ideias presentes no século XXI inspira cuidados.

Nas duas primeiras décadas do século XX, difundiu-se entre os socialistas a ideia – falsa – de que, segundo Marx, os “fatores econômicos” provocavam, de maneira mais ou menos automática, a evolução da sociedade (sem que os homens – sujeitos do efetivo movimento da história – tivessem um espaço significativo para tomarem suas iniciativas)<sup>18</sup>.

Interpretando a vasta obra de Marx, vemos que muitas categorias socialistas – à luz do século atual – ainda as concebem pelo prisma do economicismo. Há que se destacar os estudos de Marx no campo da economia britânica, em especial a atenção que deu ao trabalho de Adam Smith (1723-1790). Contudo, ao estudar Smith, Marx verificou o conflito deste pensador nas relações entre o público e o privado. “*Adam Smith oferecia um quadro de harmonia, de benefícios e de prosperidade, destacando precisamente a ausência do Estado na esfera do interesse privado*”<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.43.

<sup>16</sup> HEGEL, op. cit., p. 328.

<sup>17</sup> MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, s.d.(b), l. 1843.

<sup>18</sup> KONDER, op. cit., p. 43-44.

<sup>19</sup> In: BOTTOMORE, op. cit., l. 6021.

A elaboração econômica de Adam Smith, embora referência para Karl Marx, não deve ser confundida com a teoria crítica e revolucionária do socialismo científico. Ao se inventariar o capitalismo na modernidade importa observar o pensamento hegeliano como ponto de partida.

Hegel, influenciado pela concepção de Smith, elaboraria a ideia de **sociedade civil** separando-a da **sociedade política**. Inaugurando uma limitada concepção de **Estado**. Mesmo reconhecendo o valor de Hegel, ao observar o conflito entre sociedade civil e sociedade política, Marx registrou que *a tentativa meramente política de conciliar os interesses públicos com os particulares levaria o Estado à condição de representante dos proprietários privados mais poderosos*<sup>20</sup>. Proposição incapaz de eliminar o motivo da desigualdade social.

Neste aspecto, vemos no Brasil do momento uma clara contradição entre público e privado, com o Estado notadamente atuando em defesa dos interesses particulares, reforçando o discurso ideológico contra o processo coletivo de cunho socializante, estigmatizando a diversidade dos gêneros sociais, em favor das práticas de mercado. A concepção privatista, entre nós, evidencia as condições burguesas “supraclassistas” como fator determinante à conduta de toda a sociedade.

Todavia, esse modo reconfigurado do capitalismo altera o domínio de outrora sobre o trabalho:

Na nova etapa do desenvolvimento capitalista, as indústrias que “puxam” a recuperação, geram empregos diretos principalmente nas atividades de alto conteúdo intelectual: P&D, marketing, alguns processos fabris sofisticados. Entre os seus empregados, os de baixa escolarização são minoria, ou não existem. Nestas indústrias, as demais atividades necessárias à fabricação e comercialização do produto, são “terceirizadas”. Muitas dessas atividades são transferidas para os países pobres da periferia: México, América Central, Sudeste Asiático, em parte o Brasil. Redefine-se, assim, a divisão internacional do trabalho. Nos países centrais concentram-se as atividades mais criativas e bem remuneradas, transferindo-se para a periferia as atividades mais rotineiras, repetitivas e mal remuneradas.<sup>21</sup>

Em meio às diferenças peculiares e interesses diversos o sentido de “equitativo”, defendido por economistas burgueses, se torna difuso, impondo um caráter aglutinador dos interesses neoliberais como sinal trocado, já que substitui ideologicamente a noção de “igualdade” por “equidade”. A diferença é que a *igualdade* marxiana busca acertar contas com a divisão entre classes. Separação que tem se perpetrado no capitalismo metabolizado em todos os tempos e sentidos em favor da classe dominante dos meios e modos de produzir sua própria riqueza.

O equitativo, em dissonância com a igualdade, parece selecionar seus privilegiados pelo aspecto privado e particular, embaçando o que de fato é público e de direito de todos os cidadãos. Daí o caráter revolucionário em Marx, na superação do

<sup>20</sup> GRESPAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 16-17.

<sup>21</sup> DANTAS, op. cit., p. 21-22.

Estado capitalista, inspirando as lutas pelo socialismo no século XIX. Ação histórica da sociedade civil, na tentativa de reconstituição de outra sociedade política para além do engolfamento estatal. Para Marx sociedade civil e sociedade política, estão imbricadas. Ainda que a burguesia venha assegurando o privilégio de classe.

O discurso da equidade nos tempos atuais, negando a convicção coletiva de igualdade, além de campos específicos de análise e não só, torna-se atitude hegemônica em favor da teoria do livre mercado. Espécie de “novilíngua”, exemplificando a obra “1984” de George Orwell, cuja linguagem simbólica, no escopo da sociedade política, serviria para reduzir e transformar a ação que se queria intervir e controlar no âmbito da sociedade civil.

Essas similaridades, em voga no atual neoliberalismo, demandam que as correntes socialistas não se desviem do pensamento original de Marx, marcado por sua atuação no século XIX, mas que a reavaliem a partir das relações materialmente concretas que dão sentido histórico ao século XXI. Para tal exercício convém observar o que nos apresenta Lukács.

### **Lukács e a importância de seu pensamento para o marxismo**

O húngaro Georg Lukács (1885-1971) – um dos principais filósofos marxistas do século XX – produziu um denso pensamento. Vários são os complexos conceitos que Lukács, à luz do século passado, revisitou no interior do pensamento de Marx. Chamando à atenção do campo socialista, Lessa (s.d.) comenta que Lukács em sua luta de guerrilha, “*criticou, incansável, o mecanicismo e o economicismo*”<sup>22</sup>.

Na presente questão, importa refletir sobre algumas das categorias lukácsianas, destacando que para Lukács o *trabalho* é a categoria basilar do *ser social*<sup>23</sup>. “*O nóculo essencial do trabalho é, segundo Lukács, uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade*”<sup>24</sup>.

Observado pela perspectiva do *trabalho*, vemos muitos destes conceitos lukácsianos se imbricarem ontologicamente. Ocupa Lukács em toda a construção filosófica a questão da *totalidade*, exatamente no campo objetivo e subjetivo da formação social – em materialidade e consciência. O ser-homem em sua universal generalidade reúne especificidades “orgânicas e inorgânicas”, complexos constituídos entre essência e existência, representando o todo de cada indivíduo na aventura coletiva da história: universalidade definida como *generidade*<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> LESSA, Sérgio. *Lukács e a ontologia: uma introdução*. Revista outubro. [on-line], s.d. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf>. Acessado em: 09/11/2020.

<sup>23</sup> LESSA, Sérgio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *Outubro*, São Paulo: vol.15, p. 39-51, Marília dez. 1992. Disponível:

<sup>24</sup> Idem, p.44. Grifos nossos.

<sup>25</sup> Idem.

Em seu marxismo crítico, Lukács<sup>26</sup>, buscando dialogar com as correntes socialistas tradicionais ressaltava o rigor metodológico de Marx, investindo nestas ideias com acréscimos categóricos variados. Observa que não basta aos trabalhadores apenas a consciência psicológica de classe histórica fundante de toda sociedade. Ou seja, “*A essência do marxismo crítico consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm dela*”<sup>27</sup>.

Ao olharmos para atualidade em meio à fragilidade do comunismo no mundo, corroborado pelo avanço neoconservador, podemos verificar que Lukács de certa forma estava correto em sua observação. Diante dos conflitos evidenciados à época do socialismo real, se intensificava a preocupação de Lukács na reorganização das categorias marxianas como exigência da construção rigorosa do ser social revolucionário.

Tal conjectura reforça a ideia de *dialética* que, por exemplo, Marx buscou para construir a noção de *práxis*, cuja finalidade consistiria na *totalidade* entre o pensamento e a prática de cunho permanentemente revolucionário. Movimento alimentado nas *contradições* burguesas com vistas à superação temporal do capital sobre o trabalho.

Não basta ao trabalhador, por exemplo, apenas a luta pela melhoria do salário, mas reconhecer a condição de “mercadoria em si”, que no processo capitalista é permanentemente efetiva, ainda que “modernizada” pela dissimulação do discurso econômico liberal, alterando legislações diversas. Momento em que o trabalho precarizado se intensifica como exploração dos indivíduos egressos dos grupos sociais empobrecidos.

Nessa perspectiva tomam impulso, especialmente, duas realidades: o trabalho flexível como expropriação ilegítima do tempo de descanso do trabalhador e o trabalho gratuito, subsumido a voluntarismo, como apropriação da boa vontade das pessoas. Entre outras situações de *mais-valia*, na sociedade do dinheiro, “*O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de trocas lucrativas; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado*”<sup>28</sup>.

Comprometido com essa crítica, Lukács entende a consciência psicológica de classe como importante, desde que mantido o seu *pôr-teleológico*<sup>29</sup>. Frente à constatação, torna-se necessário que o trabalhador seja formado por um pensamento ético e estético presente em sua real materialidade histórica de classe e gênero.

<sup>26</sup> LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>27</sup> Idem, p.134-135.

<sup>28</sup> WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.12.

<sup>29</sup> A política, segundo Fortes, só é um *pôr-teleológico* para Lukács se se construir movida pela consciência dos seus atores, sendo prenhe de transformação social. Do contrário se torna politicismo. Ou seja, apenas voluntarismo. FORTES, Ronaldo Vielmi. *Ideologia e política no último Lukács*. [on-line] Tv Boitempo/curso livre: Lukács, em 26/02/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w>. Acessado em: 04/11/2020.

Lukács, diferentemente da originalidade marxiana, até compreende a separação entre *pensar e fazer* como fato, devido ao predomínio dos valores burgueses. Mas, para a organização da consciência crítica, aqui pode estar o aspecto inicial da *ideação* social. Pois, “*Todo ato de trabalho, segundo o filósofo húngaro, tem no momento ideal, na prévia-ideação, seu ponto de partida. É impensável qualquer ato humano que não se apresente desta forma*”<sup>30</sup>. A conformidade com o pensar sem a teleologia histórica imobiliza o ser social transformador. Importa, como critério insubstituível, passar da *ideação* (ideologia) à *objetivação* (materialidade histórica).

Diante da crise histórica do marxismo percebemos que a forma de pensar ajustada apenas pelo discurso, embora consciente de mudança, nada oferece a efetiva materialidade. Nesse instante, Lukács, apoiado no rigor do pensamento marxiano, identifica a “terceira” categoria do sentido de *ideologia* do velho Marx de 1889<sup>31</sup>. Ou seja, tanto as ideias burguesas como as proletárias não são únicas e gerais, mas condicionadas às particularidades no interior de cada classe.

Esse conceito já não condiz com o significado inicial de ideologia em Marx, ao recuperar o sentido negativo de Napoleão Bonaparte na acusação a Destutt de Tracy como ideólogo: a ideologia na condição de visão falseadora do real<sup>32</sup>. Sob essa ótica, o conceito marxiano de ideologia é sempre negador do real.

No conceito inicial acima, há em Lukács uma *contraditoriedade* (tensão permanente de determinações reflexivas) como escopo mais amplo, assente no seu comprometimento *teleológico*<sup>33</sup>. Para Lukács: “*a política é uma forma de ideologia que deve conter em seu ideal o conhecimento da sociedade e suas relações mais intrínsecas com a finalidade de agir na sua transformação*”<sup>34</sup>.

Em Lukács o pensamento de Marx, visando à transformação social, é também uma ideologia. Porém a ontologia socialmente construída em sua estrutura gnosiológica, a partir da elaboração marxiana possibilita criticamente, pelas questões históricas, o agir com eficácia. Todavia, quando a ação politicamente conservadora supera a ação transformadora, isto ocorre porque fatores sociais diversos, promovidos pela intervenção humana, são propícios ao seu avanço. Do mesmo modo ocorre quando ações progressistas superam forças conservadoras, para além da pura *contraditoriedade*<sup>35</sup>.

A disputa política está, para além de seus *polos contraditórios*, condicionada às expectativas evidenciadas nas contradições (a)estáticas, não podem ser explicadas por fenômenos meramente superficiais e estratificados, como *voo de Ícaro*. Lukács,

---

<sup>30</sup> LESSA, 1992, op. cit., p.44.

<sup>31</sup> NETTO, José Paulo. *Ideologia e política no último Lukács*. Tv Boitempo/curso livre Lukács em 26/02/2016 [on-line]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w>. Acessado em: 04/11/2020.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> LESSA, 1992, op. cit.

<sup>34</sup> FORTES, [on-line], op. cit.

<sup>35</sup> LESSA, 1992, op. cit.

segundo Fortes<sup>36</sup>, rompe com esse voluntarismo político, esse politicismo. Assim, acreditamos derivar a dialética lukácsiana: a política como pôr-teleológico –, a *teleologia* inseparável de sua causalidade para a construção de respostas transformadoras.

Fortes<sup>37</sup> reforça que a ideologia é ontológica, pois tem uma função social. Daí a importância da essencialidade fenomênica em vigor no instante do ato. Dessa feita, a título de exemplo ideológico e político, explicar a chegada de Bolsonaro à presidência do Brasil, por um movimento das redes sociais, da facada sofrida ou qualquer outro fato isolado, embora tenham certo grau de importância no processo, oculta determinantes políticas, econômicas, sociais etc., presentes na história material do *momento predominante*<sup>38</sup>. Sob pena de incorreremos, pela perspectiva lukácsiana, em erros conceituais relevantes.

Essas relações ontologicamente presentes na historicidade humana, precisam se compor na tarefa educacional para a formação de sujeitos conscientes de sua totalidade e autonomia. A escola “desinteressada” em Gramsci aponta para perspectivas libertárias assentes na cultura.

### A escola unitária de Gramsci como espaço de cultura

Assim como Lukács, anteriormente Antonio Gramsci (1891-1937) buscou superar a visão “marxista-leninista” restrita aos velhos conceitos comunistas. Gramsci, fundador do partido comunista italiano, elaboraria uma visão à frente de correntes mais tradicionais do marxismo de seu tempo, procurando entender o pensamento de Marx sob uma realidade, no caso italiana, parcialmente *ocidental*, de relativo equilíbrio em suas relações. Diferentemente das ações do *tipo oriental*<sup>39</sup> que influenciaram a Revolução Russa de 1917, em uma sociedade “primitiva e gelatinosa”.

Gramsci analisa as necessárias transformações que precisavam ocorrer no sistema capitalista, não como mera transposição das ideias “marxista-leninistas” contidas nos ideais russos de 1917, pensamento de boa parte da corrente marxista ocidental, mas por novas e reais questões evidenciadas no século XX. Algumas dessas realidades, face ao metabolismo do capital, ocupam o pensamento crítico no século XXI.

Gramsci observa que o sistema capitalista na Itália, com sua burguesia à frente do processo, já havia conquistado certa *hegemonia*. Fato distinto da revolução de caráter “oriental” verificada na Rússia medieval que propiciou a chegada do bolchevismo ao poder.

---

<sup>36</sup> FORTES [on-line], op. cit.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> NETTO [on-line], op. cit.

<sup>39</sup> O termo “oriental” é a definição dada por Gramsci para conceituar o modelo pré-revolucionário que envolveu a Rússia czarista. Diferente de o tipo ‘ocidental’ que o próprio Gramsci usou para definir as relações sociopolíticas dos Estados Unidos, Europa Central e Europa Ocidental.

A Itália, em plena modernidade, já possuía uma classe operária de alguma forma usufruindo das relações capitalistas burguesas, apesar de seu campesinato viver à parte das “benesses” prometidas pelo sistema. Uma ruptura com o sistema burguês – segundo Gramsci – deveria se dar por diferentes perspectivas do pensamento marxista tradicional.

No contexto italiano era preciso compreender o antagonismo presente no gênero social dessas classes, na realidade de momento, diferenças postas taticamente em conflito pela economia política. Essas divergências “culturais”, como unificação da luta de classes entre camponeses e trabalhadores operários a se realizar, contra o pensamento burguês, dependeria de um processo educacional unitário que expusesse a hegemonia fabricada pela “estatolatria” de Mussolini.

Essa nova mentalidade revolucionária envolveria os *intelectuais* e a *educação*. A partir de então, a mudança de concepção ideológica deveria ser tarefa política dos intelectuais comprometidos com os ideais populares e do próprio povo, assim como uma organização educacional “desinteressada”<sup>40</sup>. A superação do *governo dos funcionários* em busca do *autogoverno* era a questão primordial. Todos imbuídos de uma *cultura*<sup>41</sup> originária das massas, como combate à *estatolatria*. Ou seja, não cabe: “*identificar o Estado apenas com a ‘sociedade política’, com os aparatos coercitivos, com o ‘governo dos funcionários’, omitindo ou minimizando o elemento consensual-hegemônico próprio da ‘sociedade civil’, do ‘autogoverno’*”<sup>42</sup>.

Mesmo contido autoritariamente pelo regime mussolinista, onde faleceria, Gramsci privilegiou em grande parte a educação como fundamental na autonomia de consciências críticas ao poder de Estado e a sociedade política que o abrigava. Assim, desenvolveu o conceito de *escola unitária* ou *escola desinteressada*. Processo escolar que mediado pela educação dos *de baixo* seria formacional a todos os alunos e alunas do seu universo.

Gramsci,<sup>43</sup> em função do que ocorria na Itália no primeiro quartel do século XX, entendia que a crise escolar se agravava pelo fato de que toda atividade prática, pensada pelo Estado, caminhava na direção de “*criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas*” e, assim, organizar um quadro (orgânico) de intelectuais, preparados para o desenvolvimento dessas especialidades, ensinadas nos espaços

---

<sup>40</sup> Em Gramsci o termo “desinteressado/a” se refere a escola ou cultura desinteressadas, porque do interesse de todos. Diferente da cultura e da escola interessadas, por identificação restrita aos valores simbólicos burgueses.

<sup>41</sup> Alfredo Bosi (1992), define *cultura* como herança de valores e objetos compartilhados por um grupo humano relativamente coeso, que no caso do Brasil tem como eixo uma cultura erudita, centralizada no sistema educacional.

<sup>42</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci*. In: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. AGGIO, Alberto (org.). KONDER, Leandro (apresentação). São Paulo: Fundação Editora UNESP/Prismas, 1998, p.24. Disponível em: <http://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Aggio.%20Alberto/Gramsci%20-%20A%20Vitalidade%20de%20um%20pensamento.pdf>. Acessado em: 14/04/2021.

<sup>43</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Título original: *Gli intelctuali e l'organizzazione della cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

escolares. Estratégia que abandonava “*a cultura geral, ainda indiferenciada, para se ocupar da formação de profissões, mediante uma precisa individualização*”, explicada da seguinte forma:

a crise escolar que hoje se agrava liga-se precisamente ao fato de que esse processo de diferenciação e particularização ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e um agravamento da crise orgânica mais ampla e geral<sup>44</sup>.

Gramsci<sup>45</sup> vislumbrou – em uma organização de *modo ocidental*, de sociedade e Estado relativamente equilibrados – uma divisão do pensamento escolar, orientada pela política de governo italiana, de ordem duplicada. Uma dualidade racional que colocava a escola profissional a serviço das classes instrumentais e, a escola clássica (de cultura geral), à disposição das classes dominantes e dos seus “modernos” quadros intelectuais. Uma tática de extinguir qualquer vestígio histórico que ainda pudesse servir de caminho para a elaboração da *escola desinteressada*.

Nossa expectativa é que no Brasil possamos vir a construir a escola do interesse de todos. O que de certa forma foi tentando com os CIEPs em sua perspectiva popular.

### **Uma “escola desinteressada” como experiência brasileira: a prática dos CIEPs fluminenses**

Na educação pensada por Antonio Gramsci destacamos a “escola desinteressada”, aquela de “educação unitária”, como forma de envolver a cultura popular no projeto de escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos os gêneros sociais, em nosso território. A educação com estas características vigorou no Rio de Janeiro, por curto período, entre os anos 1980 e 1990, no funcionamento do projeto CIEPs<sup>46</sup>.

Os Centros Integrados de Educação Pública se deram como proposta articulada concretamente por Darcy Ribeiro: marco referencial da escola popular em educação de tempo integral. Projetado arquitetonicamente por Oscar Niemeyer: “*O Ciep [foi] uma escola que funcionava das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com capacidade para abrigar 1.000 alunos*”<sup>47</sup>.

Porém, várias foram as críticas sobre o projeto darciniano. Os professores da rede estadual, em função da proposta alternativa dos CIEPs, seriam vistos como

---

<sup>44</sup> Idem, p. 109.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Os CIEPs, por sua proposta pedagógica inovadora e arquitetura arrojada se inscreveu, como um intento qualitativo de educação popular integral em espaços escolares igualmente correspondentes ao tempo integral. (RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

<sup>47</sup> Idem, p.42.

profissionalmente incompatíveis com o recente arcabouço educacional. Muitas dessas críticas foram encampadas pelo sindicato dos professores, na época Centro Estadual dos Profissionais de Educação (CEPE), mais tarde denominado Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE). Assim,

o programa educacional dos CIEPs enfrentou vários obstáculos para se projetar na cultura escolar, tanto por parte dos docentes quanto dos alunos que ingressavam nessas escolas. Com isso, Darcy Ribeiro enfrentou disputas com o sindicato dos professores ao declarar sua preferência por professores recém-formados, pois estes ainda não tinham adquirido os vícios da cultura escolar enraizada em nosso sistema educacional<sup>48</sup>.

No interior dos CIEPs, em meio a essas contradições, alunos e alunas tinham a possibilidade de fazer três refeições por dia, com atendimento médico e social, área desportiva, incluindo piscina e outros equipamentos para práticas de educação física. Tudo com a finalidade de que as crianças e os jovens pudessem desenvolver seus estudos a contento e com qualidade.

A arquitetura dos CIEPs também esteve submetida a críticas, já que seu ambiente amplo e devassado não favorecia o uso do aparelho fônico do professor. Nesse aspecto cabe ressaltar que na atualidade dos espaços educacionais esse cuidado ainda é um problema evidente.

Contudo, os CIEPs foram pensados para acolhimento de todos os gêneros sociais. À parte das questões relevantes reivindicadas pelos profissionais da educação, destaca-se como negativo o oportunismo interesseiro do pensamento burguês, estigmatizando os Centros Integrados de Educação Pública como escolas destinadas aos pobres, reforçando a ideia de pobreza econômica como enfermidade social. Como se ela – burguesia – não fosse responsável histórica por suas mazelas.

Essa disseminação ideológica, de cunho nacional, em nossa sociedade foi vital para o apagamento dos CIEPs. Mantendo, assim, o perverso antagonismo entre os gêneros sociais como fruto da segregação educacional.

Darcy foi o educador que mais avançou no Brasil ao pensar e pôr em prática a escola em seu verdadeiro sentido universal, organizando os conhecimentos científicos em sintonia com os saberes populares. Ao Instituir o programa de “Animação Cultural”<sup>49</sup> foi capaz de quebrar a métrica da escola tradicional estritamente voltada para a erudição. Uma ousada e original mediação entre o pensar e o fazer.

Nessa complexa intermediação cultural a *instituição*, como coletivo social, se torna realidade. As manifestações são grupais e se expressam a partir de uma série de

---

<sup>48</sup> MOREIRA, Luiza S.; JUNIOR, Edivaldo Góis; SOARES Antonio J. Gonçalves. *A educação do corpo no programa dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs: um projeto educacional escrito pela*

Modernidade. *Revista Pró-posições*. Campinas, V30. e20180006. 2019, p.16.

<sup>49</sup> O programa de animação cultural reunia Animadores Culturais, selecionados na comunidade onde se localizava a escola do CIEP, visando aproximar a cultura dos saberes curriculares em interação com os docentes, para uma atitude, em favor do alunado, diferenciada do conceito tradicional.

ritos herdados pelo povo como ressonância brasílica – oriundos da mescla indígena e africana como resistência ao europeu colonizador. Danças, cânticos, hábitos de comer, vestir, falar etc., até então tidos como meramente *folclóricos*, assumiam importância no programa dos CIEPs. Multidimensionalidade historicamente desprezada pela cultura dominante que entre nós se estabeleceu.

Esta dolorosa marca de domínio brotou do vínculo dos indivíduos, identificados com os valores burgueses. A estética cultural dos grupos, construída fora desse processo tende a ser classificada como modo comportamental estranho e exótico, podendo ser “corrigida” pela cultura dos *de cima* em concomitância com o modelo educacional definido pelos paradigmas da classe mandatária.

Quando Darcy Ribeiro pensou o processo de Animação Cultural, para ser efetivado dentro dos CIEPs em sua ação ativa e criativa, ante o caráter passivo da cultura predominante, teve também como meta destituir a escola da influência ideológica que a sociedade burguesa imprimiu à educação escolar – cultura como erudição elitista.

Bosi<sup>50</sup> entende que a escola deve representar uma via de acesso sempre renovada à “Natureza” – trabalho permanente do historicismo à compreensão do Homem e da Sociedade. Momento ímpar de desenvolvimento da própria linguagem, em sentido lato, como expressão intercultural ao que de mais belo e humano pode ser produzido.

Esse ideal, que forma o ser consciente das conquistas do gênero humano, não pode ser reduzido a esquemas estanques, a informações (a)históricas. O Estado efetivamente democrático em consonância com quadros gestores progressistas tem o dever de construir a *escola única* para a todas as crianças e adolescentes brasileiros. Todavia, o neoliberalismo imposto sobre nós é convicto em seu barramento contra tal construção, mantendo a divisão antagonica de gêneros sociais.

No horizonte de Gramsci o terreno da cultura é principalmente o do trabalho, como arte de se constituir humanamente o sujeito, em sintonia com os valores da classe proletária. Assim, a cultura deve avançar por dentro da escola, mas não qualquer escola e, sim a que se propõe *desinteressada*.

Para Bosi<sup>51</sup> as culturas são transversais e em seu entrançamento servem para ser superadas pela *cultura criativa individualizada*. Enquanto em Gramsci a ideia de cultura é a de resgate histórico dos valores da classe trabalhadora, contra uma cultura insípida, ou, como diz Nosella: “à *contramão de uma cultura abstrata, enciclopédica burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação*”<sup>52</sup>.

Ao interpretar o pensamento gramsciano percebemos seu compromisso com a totalidade do sujeito humano, independente da separação de classes – eliminando, assim, a distinção segregacionista de gênero social. Contrariamente, se torna mais vantajoso ao controle burguês, em sintonia com seus quadros administrativos no interior

<sup>50</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992, p.14-15.

da escola, fragmentar cultura, trabalho e educação. Somente em articulação com esse tripé se pode intuir, de fato, a presença de homens e mulheres em pé de igualdade no mundo.

Darcy Ribeiro ao projetar os CIEPs como expectativa multicultural, aproximou-se do pensamento gramsciano em prol de um ensino que priorizasse os profundos saberes coletivos da gente do mundo real, a contrapelo dos interesses que fizeram dos espaços escolares tradicionais uma arena à margem das necessidades populares, entre nós. Ainda que o projeto darwiniano por uma escola transformadora tenha sido temporariamente derrotado nos anos 1990, os CIEPS, face à sua proposta de educação integral precisam ser reestudados à luz do século XXI.

### Considerações finais

Neste artigo procuramos envidar esforços para se pensar o socialismo tradicional, apoiado por um recorte delimitado da revolução de *tipo oriental*, abordando pontos de contradição, que determinadas correntes construíram, inobservando as situações materiais restritas ao tempo em que foram originariamente produzidas por Karl Marx. Tentando superar tais entraves, nos restringimos ao que não pôde ser pensado por Marx no século XIX, revisitando alguns de seus conceitos, com a finalidade de entender as novas demandas humanas exigidas pelo século XXI, entre as quais a questão de gênero social.

O presente século, entre outras situações, exhibe tecnologias de nova ordem, trazendo avanços e retrocessos. A era da “pós-verdade” cria um ambiente de comunicação múltiplo de incertezas e divisões de classes. Ao mesmo tempo em que o Estado e os representantes políticos, alinhados aos interesses particulares, impõem perdas sociais complexas aos indivíduos. Todas essas questões, favorecem elevada financeirização da moeda como ação especulativa de rentismo em prol do grande capital.

Hoje o estoque da *dívida pública*, por exemplo, é um mecanismo de Estado pouco transparente aos olhos da sociedade. No caso da dívida pública brasileira, segundo Maria Lucia Fattorelli,<sup>53</sup> estão incluídos: “*dívidas do setor privado, passivos de bancos, prejuízos do Banco Central, custo da remuneração da sobra de caixa dos bancos; prejuízo com a cobertura da variação do dólar para especuladores*”, além de empobrecimento brutal dos mais humildes.

O próprio trabalho de base operária, ao qual Marx se debruçou para construir sua crítica à economia política, atualmente – após governos liberais barrarem direitos relacionados à prática sindicalista – tem sentido distinto com características de *uberização* e pauperização econômica dos desprotegidos socialmente.

A “uberização” é definida por Antunes como essencialmente negativa, já que incentiva “*relações trabalhistas crescentemente individualizadas (apresentadas como ‘prestação de serviços’), por forjar condições para a completa supressão da legislação*”

---

<sup>53</sup>In: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael et al. *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente/Boitempo, 2018, l. 876.

*social protetora do trabalho*”<sup>54</sup>. Nesta (i)lógica, o trabalhador como mercadoria temporária, sem vínculos e direitos, está disponível para ser explorado no instante em que o capital necessita de sua mão de obra. Esses modelos, convém destacar, não estavam presentes no tempo de Marx, proporcionando alijamento de imensos contingentes de pessoas. Com impressionante repercussão nas classes socialmente oprimidas.

As materialidades históricas de hoje exigem que o pensamento crítico, oriundo de algumas correntes marxistas se desamarrem de formulações ideológicas do passado, realinhando questões do pensamento de Marx. Almejando este fim, propusemos – a partir de Hegel – um diálogo com Lukács e Gramsci, buscando entender a contribuição marxiana para o atual conflito de gênero social.

A questão da cultura em Gramsci, como elemento fundamental para a educação coletiva dos indivíduos, na defesa de uma escola *desinteressada*, do interesse de todos, teve destaque. Concomitantemente, procuramos – ao relembrar a existência dos CIEPs, como obra de Darcy Ribeiro – sublinhar, ainda que resumidamente, a importância de uma educação pública, laica, gratuita, de excelência para todas as classes, a ser enfrentada como política educacional, ante as incertezas presentes no atual cenário brasileiro.

Todavia, na proposta dos CIEPs, surgiram adversidades: entre as quais a insatisfação de professores da rede pública regular por se sentirem preteridos, fato que para os críticos do programa intuía certo teor de dualidade e populismo. Além da gestão do programa, como apresentado anteriormente, aparentar pouca sensibilidade em considerar antigas reivindicações de órgãos representantes de docentes e profissionais da educação no sentido de valorização e melhoria de trabalho do quadro escolar geral. O projeto, na íntegra, se dividiria entre afirmativas e negativas; por um lado os que defendiam o caráter socioeducacional do programa e por outro os céticos, entendendo que a proposta mais separava que unificava os desejos por uma educação pública e de qualidade ampliada<sup>55</sup>. Contudo, acreditamos que esses entraves políticos e administrativos, ocorridos no delineamento dos CIEPs, devem servir de impulso no sentido de ampliarmos o debate sobre as escolas de tempo integral no Brasil a partir da utopia darciniana.

Artigo recebido em 23.3.2021

Aprovado em 14.6.2021

---

<sup>54</sup> ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p.2.

<sup>55</sup> MIGNOT, Ana C. V. *Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987)*. Revista Estudos avançados, 15 (42), 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/cpZF7ynpkrs9HZNDtmYxPhb/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 03/09/2021.